

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
1 Mulheres de diversas “qualidades” e seus testamentos na colonial, escravista e mestiça capitania das Minas Gerais <i>Eduardo França Paiva</i>	11
2 Mulheres “afro-ascendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830)..... <i>Adriana Dantas Reis</i>	24
3 Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII <i>Luciano Figueiredo</i>	35
4 Rainhas e juízas: as negras nas irmandades dos pretos no Brasil central (1772-1860)..... <i>Mary Karasch</i>	52
5 Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX..... <i>Giovana Xavier</i>	67
6 Mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista: trabalho, contradições e lutas por liberdade <i>Solange P. Rocha</i>	84
7 Mônica da Costa e Teresa de Jesus: africanas libertas, <i>status</i> e redes sociais no Recife oitocentista..... <i>Valéria Gomes Costa</i>	98

8	Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX.....	112
	<i>Juliana Barreto Farias</i>	
9	Uma certa liberdade	134
	<i>Sandra Lauderdale Graham</i>	
10	“Com ela tem vivido sempre como o cão com o gato”: alforria, maternidade e gênero na fronteira meridional	149
	<i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i>	
11	Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista.....	172
	<i>Isabel Cristina Ferreira dos Reis</i>	
12	À vovó Vitorina, com afeto. Rio de Janeiro, cerca de 1870	186
	<i>Sandra Sofia Machado Koutsoukos</i>	
13	Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão	199
	<i>Maria Helena P. T. Machado</i>	
14	O Fundo de Emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880.....	214
	<i>Camillia Cowling</i>	
15	Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão	228
	<i>Maria Cristina Cortez Wissenbach</i>	
16	Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial	244
	<i>Flavia Fernandes de Souza</i>	
17	Zizinha Guimarães: entre a história e a memória	261
	<i>Petrônio Domingues</i>	
18	Uma “volta ao mundo” com as mulheres capoeiras: gênero e cultura negra no Brasil (1850-1920).....	282
	<i>Antônio Liberac Cardoso Simões Pires</i>	
19	Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação.....	297
	<i>Marcelo Paixão e Flavio Gomes</i>	

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos sobre a escravidão se consolidaram na vasta historiografia sobre o Brasil colonial e pós-colonial. Pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação, a diversidade na utilização de fontes – em especial para enfoques quantitativos e de história social – e a amplitude nas abordagens no que se refere a *tempos* e *espaços* são algumas das principais características dessa viragem historiográfica. Se até os anos 1960 falava-se em *escravidão* como algo genérico, posteriormente as abordagens sistêmicas sobre o *escravismo* perderam espaço para análises do cotidiano, das culturas e do próprio *escravo*. Novas temáticas ganharam destaque. Sabemos mais da sociedade escravista em diferentes regiões e atividades produtivas: *plantation*, mineração, produção de alimentos, pecuária e escravidão urbana.

Hoje, analisando alforrias, quilombos, irmandades, parentesco, revoltas escravas e famílias nos aproximamos das senzalas, dos *zungus*, dos cortiços e casebres, perscrutando o imaginário, os discursos e a cultura material dos principais protagonistas da sociedade escravista. Entre temáticas que se impuseram, desapareceram ou reapareceram, evidenciamos uma ainda pouco explorada: as experiências das mulheres negras. Para isso, destacamos aqui os estudos pioneiros de Maria Odila Leite da Silva Dias, Sonia Giacomini, Mary Del Priori, Magali Engel, Martha Abreu, Luciano Figueiredo, Margareth Bakos, Liana Reis, Cecília Moreira, Selma Pantoja, Rachel Soihet e Maria Lúcia Mott e as análises mais recentes de Sandra Graham, Júnia Furtado, Sheila de Castro Faria e Carlos Eugênio Líbano Soares.

A originalidade desta coletânea está em ofertar um painel denso e atualizado sobre o tema, reunindo artigos de 20 especialistas, cobrindo o Brasil de norte a sul em termos teóricos e no uso de fontes diversas. São textos de pesquisas que dão conta não só de cidades, engenhos, fábricas, mansões, mas que fundamentalmente reconstróem cenários e desenharam paisagens revelando sombras, suspiros e formas da vida, do corpo, da mente e da alma das mulheres – crioulas, escravas, mulatas, africanas, pardas, forras, pretas, negras e morenas – na escravidão e nas primeiras décadas da pós-emancipação. Foram embaralhados universos, ampliaram-se abordagens e fontes ganharam olhares em outros postos de observação. Sons e imagens se multiplicaram em diferentes conceitos e perspectivas teóricas e

metodológicas. A principal ideia foi não somente caminhar a partir das mulheres, mas com elas e por meio delas. Os vários textos tiveram como centro da análise os percursos das pequenas biografias, entre trajetórias inconclusas na procura de personagens modelos.

A disposição dos capítulos obedeceu menos a uma preocupação cronológica do que à diversidade territorial. Iniciamos num espaço nobre para as mulheres na escravidão. O capítulo sobre Minas Gerais setecentista, de Eduardo França Paiva, oferece os primeiros diamantes. Por meio dos testamentos – fonte primordial que aparecerá noutros textos –, vislumbram-se sentidos culturais de negras, pretas, crioulas, índias, mamelucas, mulatas, pardas e cabras com diferentes “qualidades” e “condições”, que inventaram, entre vilas e arraiais, espaços mestiços de vivências. E seguimos para a Bahia na passagem para o pós-colonial. Adriana Dantas Reis nos aproxima das *experiências da liberdade* sob a escravidão. Estratégias de libertas e os caminhos – às vezes atalhos que nem sempre podem ser generalizados – da mobilidade. Novamente os testamentos oferecem registros sobre bens, atitudes e expectativas em narrativas nas quais homens são revelados por vozes não menos fortes que a de crioulas e africanas. Isso nos joga para o interior de um mundo de projetos tecidos sob dores e sorrisos. Antes de seguir em frente, voltamos para as Minas para virar o jogo já desenhado. Luciano Figueiredo, um dos pioneiros nas pesquisas de gênero e escravidão, retoma análises sobre o papel das quitandeiras. Na narrativa das personagens, entre Luzias e Sebastianas, somos conduzidos às ruas, aos cenários de afirmação, aos mercados e à vida de rede fina porém forte das negras nas Gerais. Também no ambiente da mineração chegamos a Goiás e invadimos importante espaço abordado nos estudos sobre a escravidão, mas desconhecido da perspectiva das mulheres negras: as irmandades e o papel das rainhas e juízas. Mary Karasch, responsável por pesquisas de destaque sobre a escravidão no Brasil central, nos presentearia com mais uma abordagem original. Por intermédio dela, conhecemos mais de perto a vida feminina religiosa e associativa nas confrarias católicas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Festividades e práticas envolvendo a devoção de santos e irmandades eram também espaços de poder e de *status* para as mulheres negras.

No primeiro passeio que a coletânea faz pelo Rio de Janeiro – a maior cidade escravista e com africanos numa área urbana do atlântico –, encontramos mais mulheres negras. E quem carrega a bússola da interpretação histórica é Giovana Xavier. Certamente caricaturadas com vistas à invisibilidade social, no mundo das ideias identificamos determinados papéis femininos de personagens retratadas em romances, contos e poesias. A repetição de tipologias e rótulos sugere como eram percebidas, notadas, rejeitadas, assediadas e maltratadas. Do Rio de Janeiro fizemos a primeira viagem de volta ao Nordeste. Inicialmente, aportamos na Paraíba Oitocentista. Entre batizados e cartas de alforria, Solange Rocha aborda as expectativas que mobilizavam as mulheres negras. Limites e recuos perfaziam longos e tortuosos caminhos da liberdade num

mundo cercado de escravidão. De lá pulamos para Recife, outra das grandes cidades escravistas. Somos guiados por Valéria Costa para encontrar as africanas e suas redes – parte das quais religiosas – também pelos testamentos. E assim seguimos os passos de Monicas e Therezas, moradoras das freguesias de São Frei Pedro Gonçalves do Recife e da Boa Vista, africanas ocidentais arretadas. Com parentela e tutano, elas legaram bens e muita solidariedade a maridos, filhos, afilhadas e mesmo escravas, numa cidade que se tornou escrava delas como espaço de anseios, projetos e vivências.

Algo complexo e semelhante ao cenário reconstruído por Juliana Barreto Farias que nos guia de volta à *cidade negra* do Rio de Janeiro. Africanas e quitandeiras da África Ocidental são descortinadas em processos de divórcio do Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro. Homens e mulheres nos contam por que se casaram, como viveram e por que motivos decidiram romper a união. Invadimos o espaço da casa e de lá saímos para as ruas, divisando os casais entre mercados, barracas e projetos de vida que transformavam cativas em libertas e convertiam todas numa rede de alianças e negócios que também envolvia frustrações da vida conjugal e de sonhos familiares. Viajamos na longa duração para encontrar histórias de ex-escravas narradas por Sandra Graham. Enquanto Balbina, uma cativa doméstica, seguia sendo vendida de uma propriedade a outra pelo interior de Minas Gerais e do Vale do Paraíba de meados do século XIX, nas ruas e nos mercados de Salvador e do Rio de Janeiro as africanas Rosa, Henriqueta e Sabina vivenciavam situações diferentes, mas também desafiadoras. Desfrutando de mais autonomia no ambiente urbano, elas conseguiram conquistar sua liberdade, transformar-se em reconhecidas negociantes e ainda formar novas famílias com agregados e “crias” de suas escravas, a quem legavam bens.

Daí, seguimos para o Rio Grande do Sul. Em Uruguaiana, cenário quase de fronteira, Paulo Moreira sublinha percursos das mulheres negras e da formação de famílias como uma das expectativas que cercavam as alforrias. Sons de motivação, esperança e desilusão são auscultados nos registros cartoriais e nos inventários. A régua e o compasso de uma face da família negra chegam até Salvador no capítulo de Isabel Reis. Com as trajetórias de Augusta, Ubaldina e Domingas, novamente somos conduzidos por histórias femininas, num cotidiano de exploração no qual afetividade, casamento, vizinhança e recursos materiais eram itens importantes de vidas múltiplas.

Vidas com vários retratos. O capítulo de Sandra Koutsoukos mostra imagens pouco reveladas pela historiografia. Afetividade, ideologias, dádivas, saber médico e mercado de trabalho de amas de leite e mucamas ganhavam coloridos nas lentes de fotógrafos. Mas ainda precisamos saber mais sobre a ama de leite, símbolo da sociedade escravista nas Américas. Foi possível dar muitos passos acompanhando as análises de Maria Helena Machado. A suposta flor das relações entre senhores e escravas no mundo doméstico tinha os espinhos da desconfiança, do ódio e dos assassinatos. Para muitas escravas, maternidade

e proteção familiar valiam mais que a emancipação jurídica. Se a liberdade tinha gênero, às vésperas da Abolição, seus significados eram ambíguos. Muita coisa estava em jogo entre leis, esperanças, percepções e expectativas. Centrado na época efervescente do abolicionismo parlamentar, o capítulo de Camillia Cowling trata de forma original das cerimônias do Rio de Janeiro na segunda metade dos anos 1880, momento em que a princesa Isabel distribuía cartas de liberdade. Nessas ocasiões, os registros eram incluídos no *Livro de Ouro* criado pela Câmara Municipal (1884). Imagens femininas da liberdade e suas contempladas são o pano de fundo para entender os sentidos daquele ritual.

Significados guardaram narrativas próprias, fossem inscritas socialmente e/ou escritas com tintas e papel. Com fontes originais, Maria Cristina Wissenbach nos apresenta cartas e a trajetória da africana Teodora Dias da Cunha. Foi na cidade de São Paulo, nos anos 1860, que essa escrava doméstica teria mandado escrevê-las. A partir desses registros e de outras evidências, a autora propõe atravessar fronteiras borradas do mundo da escrita entre personagens letrados e iletrados numa sociedade hierárquica, com papéis sociais definidos. Se a historiografia da escravidão ainda não conseguiu entrar nas senzalas – para além dos viajantes e alguns poucos estudos de arqueologia –, tem sido possível alcançar lares urbanos e encontrar cenários e práticas pelas ações de mulheres negras. No capítulo de Flávia Souza, elas são anfitriãs, pois janelas e portas das residências das elites imperiais são abertas pelas mãos das inúmeras trabalhadoras domésticas. Uma biografia exemplar de alguém alcançando os derradeiros anos de uma sociedade escravista e as primeiras décadas da liberdade é oferecida por Petrônio Domingues. Na interface da memória, conhecemos a trajetória da professora Eufrozina Guimarães, a Zizinha. Em Sergipe, essa mulher negra alcançou notoriedade que até hoje reverbera em celebrações e homenagens.

Mas nem tudo era sempre festa ou carnaval, tampouco práticas culturais estiveram destituídas de personagens femininas. Assim, vemos o jogo da capoeira por outros ângulos no capítulo de Antônio Liberac, em que são examinadas as evidências da presença de mulheres negras entre os praticantes do século XIX e da primeira metade do XX. A coletânea se encerra fazendo um quase caminho de volta que salta até a história do tempo presente. Flavio Gomes e Marcelo Paixão juntam narrativas de testamentos de mulheres forras nos séculos XVIII e XIX a dados populacionais e socioeconômicos do século XXI, explorando mudanças e permanências da escravidão, da pós-abolição e das relações raciais contemporâneas relativas à variação do mercado de trabalho e aos recursos destinados às mulheres negras.

Donas de *passados* e *presentes* atuais e verdadeiros, sólidos tal qual uma rocha, na historiografia sobre a escravidão e a pós-emancipação as mulheres negras são pouco abordadas como protagonistas das mais diversas histórias. Embora só um começo, esta coletânea dá alguns passos nessa direção, revelando silhuetas até então encobertas pelas hierarquias de gênero e raça.

1 MULHERES DE DIVERSAS “QUALIDADES” E SEUS TESTAMENTOS NA COLONIAL, ESCRAVISTA E MESTIÇA CAPITANIA DAS MINAS GERAIS

EDUARDO FRANÇA PAIVA

Muito além de Chica da Silva, a célebre liberta que conquistou o intendente dos Diamantes, a então capitania das Minas Gerais, uma das regiões mais ricas do mundo setecentista, gerou várias outras personagens que escreveram suas histórias, malgrado as condições cotidianas muitas vezes avessas às suas pretensões. A maioria delas permanece ainda hoje no anonimato, mas seus rastros podem ser recuperados nos arquivos, museus e bibliotecas, como apresentarei neste texto. Quase sempre o que se consegue são biografias curtas, embora intensas e fascinantes, que trazem consigo nacos importantíssimos da história das Minas Gerais, intimamente conectada com as dinâmicas socioeconômicas, com as redes políticas e culturais e com o trânsito de gente que se deslocava pelo Império português e mesmo fora dele.

Personagens conectadas

Ao longo dos últimos meses decorridos, algo especial preocupava Joana da Silva Machada, nome cristão dado à escrava vinda da Costa da Mina para o Brasil durante a primeira metade do século XVIII. Corria o ano de 1745 e, por algum motivo que não se conhece, a liberta pressentia que seus dias de vida não seriam muitos mais, o que a levou a mandar escrever seu testamento, feito nesse mesmo ano, na Vila de Santo Antônio do Recife, na capitania de Pernambuco. Ela tinha razão em se preocupar, pois faleceria pouco depois, em 1747. No entanto, entre a feitura do testamento e sua morte, Joana teve energia suficiente para se deslocar do Recife a Minas Gerais, trajeto muito longo e um tanto perigoso que, talvez, explique o cuidado em deixar registrados seus legados e últimos desejos. Antes do Recife, a africana pode ter morado na Cidade da

Bahia, onde desejava que fossem rezadas muitas capelas de missas em intenção de sua alma, depois que morresse, o que ocorreu no Arraial dos Carijós, próximo à Vila de São João del Rei, na capitania das Minas Gerais. Nessa vila, Joana vivia na estalagem de Manuel Antunes.

Joana Mina não declarou as razões que a fizeram sair do Recife e migrar para as Minas Gerais, de onde não mais sairia, mas não parece ter sido por vontade de conhecer outra região do extenso Brasil, como uma turista de nosso tempo atual faria. Viajantes que buscavam conhecer outras realidades eram raros naquela época e, em geral, vinculavam-se a grupos restritos de ricos, ou de cientistas, naturalistas e curiosos, aos quais certamente ela não pertencia. A motivação parece que estava ligada às atividades econômicas desempenhadas pela forra, as quais aparecem indicadas em seu testamento e envolviam o comércio de tecidos, roupas e outros objetos. Joana engrossava, muito provavelmente, o grupo de pessoas que transitava entre essas regiões trazendo e levando mercadorias para ser negociadas. A maior parte desses negociantes era composta por homens, e muitos deles foram chamados de “homens de caminho”. Contudo, como Joana, havia algumas mulheres que também desempenhavam a mesma função e poderiam ter sido chamadas, também, de “mulheres de caminho” (Ivo, 2009).

Nossa personagem deve ter sido mulher decidida, que transitava por caminhos marcadamente masculinos, nos quais obteve êxito, se considerarmos sua fortuna declarada em testamento e inventariada após sua morte. Tudo que conseguiu parece ter resultado de suas andanças de negócios, que ainda incluíam a praça do Rio de Janeiro. É mesmo extraordinária a extensão geográfica que percorreu essa mulher negra ex-escrava, que ascendera economicamente e se tornara, à sua vez, proprietária de escravos, além de joias e de outros bens materiais. Seu inventário *post-mortem*, de 1748, arrolava, por exemplo: tecidos de vários tipos, roupas prontas, lençóis e toalhas, sapatos e fivelas de sapato, duas xícaras e um pires da Índia, vidro, colheres e garfos de prata, pratos e tigelas de estanho, tachos e bacias de cobre e de arame, balanças e fumo. Entre roupas de uso, roupas de cama e de mesa, tecidos e sapatos, encontravam-se uma mantilha de veludo guarnecida de renda de prata; saias de primavera preta, de pinhoela preta, de pano azul com seu galão de ouro por baixo, de seda verde, de lã verde, de baeta, de riscadinho “com seu uso” e “de nobreza [?] com muito uso”; um capote de camelão forrado de baeta; um “colete de galacé [glacê] usado”; dois côvados de “pano roscó”, 11 de riscadinho, dois de lemiste usado e um de baeta cor-de-rosa; duas varas de Bretanha e quatro de entremeio; um chapéu com sua bordadeira; um timão de baeta encarnada; uma caixa de moscóvia; dois lençóis com seu entremeio de pano de linho e dois lisos; 11 camisas de Bretanha, cinco de cambraia e uma “de caça usada”; quatro toalhas de mão de pano de linho e uma de Bretanha com sua renda; três almofadinhas; um lenço

branco; dois guardanapos; um gibão de baeta e um chinelo de marroquim com seu uso. Em ouro e prata lavrados, “umas continhas de pescoço”, três voltas de corais engranzados, quatro cordões, botões, imagens de Nossa Senhora da Conceição e do Menino Jesus, bentinhos do Carmo, agulheta e olhos de Santa Luzia, uma cruz de filigrana; um “breve de marca com seus trancelim”, cadeados com aljófares e diamantes e “caixilho de breve de prata com seu trancelim e outras miudezas de prata”. Possuía os escravos Antônio Angola e a “negrinha por nome Maria, da mesma nação”, além de Francisca Mina, que libertara em 1745, sem qualquer condição, e continuara seguindo a ex-senhora. Joana não declarava ter família, casa, nem lugar de moradia fixa. Tampouco mencionou animais de cargas, imprescindíveis para as atividades dessa “mulher de caminho”, o que pode indicar pertencimento a alguma rede de negociantes que, convenientemente, se deslocavam juntos, compartilhando estruturas operacionais, bases de apoio e estratégias de segurança.

Se não existisse organização de tropeiros e de comerciantes itinerantes, como poderia ter Joana frequentado caminhos infestados de bandidos e salteadores, carregando tantas mercadorias e objetos de valor, acompanhada, aparentemente, por um casal de escravos adultos? Como teria se deslocado por extensões tão alargadas e como teria transportado as mercadorias, além dos objetos pessoais, alguns de muito valor, além de ouro em pó (que servia de moeda) e, às vezes, dinheiro?

A vida um tanto nômade da africana não impediu o estabelecimento e a manutenção de vínculos afetivos com pessoas de várias localidades, e isso pode ajudar a entender parte da complexa organização de suas andanças. Talvez tenham esses conhecidos lhe dado suporte operacional, acolhendo-a e a seus acompanhantes. Talvez eles integrassem redes de apoio às atividades desses negociantes aventureiros. Joana conhecia muita gente em vários lugares e demonstrou isso, em 1745, listando testamenteiros que executariam seus legados. O rol era bem maior que a maioria dos elaborados por testadores brancos e ricos. Ela, que cultivara autonomia e esbanjara coragem, pedia

ao senhor Vitoriano Ribeiro Riba e a Domingos Francisco Braga e a Francisco Álvares Ribeiro e a Bento de Bessa Barbosa e a Manuel Correa de Araújo, na Cidade da Bahia; ao sargento major Miguel Francisco de Araújo e a Sebastião Ribeiro da Silva, no Rio de Janeiro, e a Manuel Ribeiro Manso e a Antônio Álvares nas Minas Gerais, e a Bartolomeu Álvares e a Antônio Rodrigues Coelho e Domingos da Costa Guimarães e, no Sabará, a Antônio Pereira Braga e a Joseph Vieira Antunes e ao Sargento Maior João Vieira, no Serro do Frio, a *João Ribeiro da Costa e a João Teixeira Leitão e a Francisco Martins e*, nas Minas Novas, Antônio Gonçalves Chaves e ao capitão-mor Francisco Álvares, moradores na Chapada, e ao reverendo vigário da freguesia aonde for meu falecimento [...] serem meus testamenteiros [...].¹

Ainda em Recife, ao listar seus testamenteiros, ela indicava que as idas e vindas eram constantes e que a viagem em direção às Minas, feita logo depois, não era a primeira. Durante suas viagens, Joana estabelecera contatos com homens importantes nas localidades onde negociava. Mulheres com perfil semelhante, tão dispostas a se aventurar em travessias que demoravam semanas, competentes o suficiente para sair do cativo e constituir uma rede pessoal e comercial tão alargada, eram raras. Não obstante, existiram e legaram registros documentais sobre suas aventuras.

As Minas Gerais do século XVIII constituíam uma das regiões mais dinâmicas e ricas do mundo. Ouro, diamantes e pedras preciosas; comércio intenso, conectado com praças e portos do Brasil, da América espanhola e de outros continentes; agricultura e pecuária importantes; prestação de serviços e complexa estrutura administrativa em vilas e arraiais onde se encontrava grande parte da maior população de livres, libertos e escravos entre as capitanias do Brasil: era este o perfil da região que atraiu gente de todas as partes. Tanto entraram escravos africanos e os já nascidos no Brasil quanto chegaram livres e libertos vindos de outras capitanias e da Europa (portugueses, na maioria). Precocemente, a população de nascidos nas Minas teve taxas positivas, fomentando o crescimento demográfico. Ao final do século XVIII eram mais de 360 mil habitantes, quase metade deles composta por escravos e a outra por nascidos livres e por ex-escravos (Maxwell, 1978, p. 302). Era um crisol de culturas e, assim como outras áreas americanas, foi uma sociedade marcada pelo trânsito intenso de gente e culturas e pela mobilidade social.

Em um contexto como esse, as incontáveis alforrias e coartações (prática costumeira resultante de um acordo entre senhor e escravo que permitia o pagamento parcelado da alforria em quatro ou cinco anos) foram instrumento de dinamização social, com forte impacto demográfico, econômico, político e cultural. Nessa sociedade, ex-escravos e não brancos nascidos livres de todas as “qualidades” – o termo geral de identificação –, ou seja, índios, brancos, pretos, crioulos, pardos, mulatos, cabras, mamelucos, mestiços etc., ascenderam econômica e socialmente, constituíram famílias, adquiriram bens materiais e se tornaram proprietários de escravos.

Inserida nesse quadro e buscando as inúmeras oportunidades que ele gerava, uma “mameluca” (filha de português e de índia) resolveu atravessar matas, montanhas e rios para se instalar nas Minas Gerais. Anastácia era seu nome, filha de Pascoal Homem e Moxia Carijó. Nasceu antes de 1720 e morara na Vila de Itu, na então capitania de São Paulo e Minas do Ouro, onde se casara e tivera uma filha com João Requeixo. Segundo ela, homem rude e violento, que a abandonara com a filha para se aventurar pelo território das Minas, à busca de riqueza fácil. Levou consigo, inclusive, dois carijós que Anastácia ganhara de seu tio, Manuel Homem, sem a concordância dela. A mameluca